

FACULDADE UNINA
CURSO DE PEDAGOGIA

TEREZINHA DORACI AZZOLIN ALLESSI

**A EJA E A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E CIDADÃ NA
PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE**

CURITIBA
2020

TEREZINHA DORACI AZZOLIN ALLESSI

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade UNINA

Orientador: Prof. Dr^a. Marli Pereira de
Barros Dias

CURITIBA

2020

FACULDADE UNINA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11/11/2020, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, da acadêmica: **Terezinha Doraci Azzolin Alessi**, intitulada: **A EJA E A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA CIDADÃ NA PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE**. A banca examinadora, sob a presidência da **Profª Drª Marli Pereira de Barros Dias**, foi constituída pelos (as) professores (as) **Especialista Materson Christofer Martins; profª Drª Wilma de Lara Bueno**. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua aprovada com a nota 100. Para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelo presidente da banca, membros da banca e o/a acadêmico/a.

Observações: _____

Marli Pereira de Barros Dias

Materson Christofer Martins

Wilma de Lara Bueno

Terezinha Doraci Azzolin Alessi

Curitiba 11 de novembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que tem me sustentado até aqui.

Meu agradecimento especial aos meus filhos Ricardo e Rodolfo, que foram os incentivadores desta caminhada sempre apoiando e auxiliando quando possível. E também, quero agradecer a minha professora e orientadora Marli que sempre esteve pronta a ajudar, corrigir e incentivar para que este momento chegasse. E a todos os Professores e Mestres da Faculdade UNINA, que de contribuíram para o meu aprendizado e enfim, para a minha formação.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar como o pensamento e o método de Paulo Freire são relevantes no processo de uma educação emancipadora com vistas à humanização dos sujeitos e a conquista de direitos e de cidadania. Tendo como tema, “A EJA e a formação de uma consciência crítica e cidadã na perspectiva de Paulo Freire”, temos como pergunta de partida a seguinte questão: Como as aulas da EJA podem contribuir para desenvolver o senso crítico dos estudantes e a consciência individual e coletiva, na conquista de direitos e da cidadania? O objetivo geral procura analisar o pensamento e o método de Paulo Freire na alfabetização de Jovens e Adultos visando o desenvolvimento da consciência crítica e a construção da cidadania, a partir do resgate de direitos fundamentais, individuais e coletivos. Os objetivos específicos são: verificar o perfil do estudante da EJA; promover a consciência individual e coletiva, a conquista de direitos e cidadania, a partir do pensamento de Paulo Freire; analisar a concepção freiriana de cidadania. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise qualitativa das obras de Paulo Freire e do pensamento de alguns autores, cuja abordagem no âmbito da educação, de direitos e de cidadania, se interligam ao pensamento de Freire. Ao término desta pesquisa podemos concluir que, a EJA deve ser para o estudante jovem e adulto, o despertar para o mundo, para que o estudante se sinta inserido na sociedade e consciente de seus direitos e de suas responsabilidades. Isto é possível por meio da proposta da educação libertadora e do diálogo, como ferramenta fundamental, a partir do pensamento de Paulo Freire.

Palavras chave: Cidadania; Educação de Jovens e Adultos; Educação libertadora; Paulo Freire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCEJA	Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos
EDUCAR	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Leis de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNQ	Plano Nacional de Qualidade
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONERA	Plano Nacional de Educação na Reforma Agrária
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS..	10
1.1 A EJA AO LONGO DOS ANOS NO BRASIL.....	10
1.2 HISTÓRIA DA EJA EM CURITIBA- UMA APROXIMAÇÃO SÓCIOESPACIAL ..	16
1.3 O PERFIL DO ESTUDANTE DA EJA.....	19
CAPÍTULO 2 - CONCEPÇÃO FREIRIANA DE CIDADANIA NAS ESCOLAS	23
2.1 CONCEITO DE CIDADANIA	23
2.2 CONCEPÇÃO DE EJA NA ATUALIDADE	26
2.3 PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA NA EJA.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é hoje, no Brasil, uma questão, também de inclusão social. Neste sentido, a motivação desta pesquisa é analisar a pedagogia de Paulo Freire, na qual o diálogo entre professor e aluno é fundamental assim como a valorização do conhecimento prévio de cada estudante. Esta concepção de ensino-aprendizagem permite superar o método tradicional, oportunizando a edificação do grupo de estudantes jovens, adultos e idosos, mediante os referenciais de vida de cada um e desse modo, estabelecendo um aprendizado mais efetivo, a partir da realidade dos mesmos. Por ter sido egressa da EJA, a experiência vivida não foi muito animadora, e continuei os estudos por ser um desejo pessoal de cursar a faculdade, mas fica a pergunta: e os outros estudantes que, na maioria eram mais jovens do que eu, prosseguiram seus estudos? Por serem aulas no modelo tradicional eram muito cansativas, pois só o professor falava e escrevia no quadro, enquanto os alunos eram tratados como se nada soubessem e os nossos conhecimentos prévios não eram valorizados. Esta foi a motivação em fazer esta pesquisa, para conhecer melhor o pensamento e o método de ensino de Paulo Freire, enquanto possibilidade de aprendizagem efetiva e integral de todos os estudantes desta modalidade de ensino.

A alfabetização de jovens e adultos é um tema de grande relevância para a atual educação nacional. Dentre as várias modalidades de ensino, destaca-se a EJA, que tem como foco principal, a instrução de jovens e adultos que, por alguma circunstância, geralmente de cunho social e/ou financeiro, não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Básico, dentro da faixa etária considerada convencional.

A Educação de Jovens e Adultos, no âmbito nacional é formada pelo Ensino Fundamental e o Ensino Médio, oferecendo também, a oportunidade de integrar-se a cursos de Educação Profissional. Dessa maneira, o estudante terá a oportunidade, de qualificar-se não só nos níveis fundamental e médio, como também, ter a oportunidade de qualificação dentro de um ensino profissionalizante, possibilitando-o integrar ou retornar ao mercado de trabalho.

Ao se falar de EJA, surge o nome do educador brasileiro Paulo Freire. Conhecido como o precursor da EJA, a partir de uma concepção, na qual o educando é o centro do processo educativo, Freire é considerado um dos principais

pensadores dentro da história da pedagogia no Brasil, na América Latina e com alcance mundial, sendo o influenciador do movimento chamado Pedagogia Crítica.

Realizamos um estudo bibliográfico das obras de Paulo Freire e do pensamento de alguns autores, cuja abordagem no âmbito da educação, de direitos e de cidadania, se interligam ao pensamento de Freire. Com esse norte, fizemos à leitura exploratória para estabelecer e ter uma percepção dos significados, conteúdos e dos conceitos fundamentais tratados pelo autor.

Dentre os vários fundamentos descritos por Paulo Freire, temos o entendimento de que o professor, mergulhado na ideia da pedagogia da esperança, encoraje o aluno a transformar a si próprio e, conseqüentemente, o ambiente em que vive. Neste sentido, o professor, vai além da alfabetização, que não está focada simplesmente, no ensinar a ler e a escrever, mas comprometido com a construção do conhecimento, juntamente com os alunos, visando que, o estudante desenvolva o seu aprendizado de modo significativo e para além dos livros. Pois, com base nos conhecimentos prévios dos educandos, desenvolver também, a capacidade de fazer a leitura do mundo mediante uma consciência crítica e cidadã.

A partir do exposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar o pensamento e o método Paulo Freire na alfabetização de Jovens e Adultos visando o desenvolvimento da consciência crítica e a construção da cidadania, a partir do resgate de direitos fundamentais, individuais e coletivos. Os objetivos específicos são: Verificar o perfil do estudante da EJA; promover a consciência individual e coletiva, a conquista de direitos e cidadania, a partir do pensamento de Paulo Freire; analisar a concepção freiriana de cidadania.

Visando atender os objetivos e encontrar uma resposta para o problema deste trabalho, o estudo será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, que segundo Cervo, “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado, tema ou problema”. (CERVO, 1983, p.55). Neste sentido, por meio de análise qualitativa, esta pesquisa compreende a revisão bibliográfica (livros, artigos, dissertações, teses, legislação, internet) e seguirá as seguintes etapas: levantamento de dados sobre a temática estudada, seleção e armazenamento dos dados e, posteriormente, a análise dos mesmos. Cumprida estas etapas deu-se a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso. Que é composto por dois capítulos. O primeiro capítulo se intitula: Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos, subdividindo-se em três tópicos: A EJA ao Longo

dos Anos no Brasil, A História da EJA em Curitiba - Uma Aproximação Sócioespacial e o Perfil do Estudante da EJA. O segundo capítulo se intitula: Concepção Freiriana de Cidadania nas Escolas, subdividindo-se em três tópicos: Conceito de Cidadania, Concepção de EJA na Atualidade e Paulo Freire na Formação da Consciência Crítica na EJA.

A pergunta de partida deste trabalho é: Como as aulas da EJA podem contribuir para desenvolver o senso crítico dos estudantes e a consciência individual e coletiva, na conquista de direitos e da cidadania?

Neste sentido, partimos da hipótese de que, se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) for influenciada efetivamente, pelo pensamento de Paulo Freire e pela sua metodologia, poderá fazer a ligação por meio da análise crítica entre o estudante e seu meio social, o qual deve ser valorizado em sala de aula proporcionando ao educando, a sua pertença no mundo e incentivando-o a alterar a sua realidade, enquanto agente ativo e transformador da mesma. Desse modo, o estudante não estará à margem da sociedade, mas inserido na mesma. Portanto, a EJA, a partir da concepção freiriana é fundamental para alterar positivamente a realidade de indivíduos vítimas da exclusão social e transformar socialmente, o país.

CAPÍTULO 1- BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Neste capítulo iremos observar que a educação brasileira esteve envolta em pequenos avanços e grandes retrocessos, inclusive na EJA, porém sempre houve pedagogos, educadores, escritores, pesquisadores e porque não dizer políticos preocupados com a educação de Jovens e Adultos (EJA) tanto que hoje ela é uma política pública. Que tem no seu âmago o interesse de acabar com o cenário de exclusão social existente em nosso país

1.1 A EJA AO LONGO DOS ANOS NO BRASIL

Desde a presença portuguesa no Brasil, durante o período colonial percebe-se a necessidade por parte dos padres jesuítas em catequizar os índios. Este foi o primeiro registro da tentativa de se ensinar adultos em nosso território. Pode-se entender que no decorrer de quase quatro séculos, o domínio foi da cultura branca, masculina, cristã imposta sobre os analfabetos, mulheres, negros e indígenas. Podendo-se afirmar que, a educação no Brasil apresenta um cenário de exclusão, discriminação e sempre foi muito seletiva.

No Brasil colonial (1500-1822), a educação estava sob a responsabilidade dos Jesuítas. Com o objetivo de catequizar e educar na fé católica, esta ação cultural e educacional durou por dois séculos. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil (1759), a educação passou por momentos de dificuldades com o término do único sistema de ensino da época. O ensino ficou sob a responsabilidade do Estado, sendo este indicado para os filhos da elite, excluindo assim, os pobres, negros, indígenas e mulheres.

A primeira Constituição Brasileira (1891) depois da Proclamação da República (1889), no artigo 179 diz que, a "instrução primária era gratuita para todos os cidadãos" (ARCANJO, p.166), sem muitos esclarecimentos, no entanto sabe-se que no decorrer da História do Brasil essa educação era destinada somente para a elite que era a minoria da população. Quanto à maioria da população que eram os de classe mais baixa e os pobres, negros e indígenas não tinham acesso, Soares nos fala:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino. (SOARES, 2002, p. 8)

A Reforma João Alves, no ano de 1925, criou o ensino noturno para jovens e adultos, para suprir os interesses das classes dominantes. Esta reforma veio de encontro a muitos movimentos sociais e movimentos civis desta época que se encontravam envolvidos na erradicação do analfabetismo por ser visto como um mal nacional e uma chaga social. A urbanização e o início da industrialização da nação suscitaram a necessidade de uma capacitação mínima da mão de obra nacional. Afinal a elite dominante carecia de mão de obra qualificada e barata para suas indústrias. Enquanto os filhos desta elite frequentavam escolas particulares para que tivessem um ensino de melhor qualidade e assim serem os futuros administradores do país. O Decreto nº 16.782/A, de 13/01/1925, conhecido como Lei Rocha Vaz ou Reforma João Alves, dizia:

Poderão ser criadas escolas noturnas, do mesmo caráter, para adultos, obedecendo às mesmas condições do Art. 25. O tal art. 25 obrigava a União a subsidiar parcialmente o salário dos professores primários atuantes em escolas rurais. Aos estados competia pagar o restante do salário, oferecer residência, escola e material didático. (BRASIL, 1925).

Getulio Vargas na década de 1930, no seu governo, durante o "Estado Novo", teve intuito de aparelhar a educação, criando um movimento contra o analfabetismo. A educação passou a ser pensada como suporte para o progresso e desenvolvimento do país. Mas apenas com vistas à produção industrial, para suprir as importações que foram afetadas, em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

A constituição de 1937, tira do Estado à carga para a formação educacional do país.

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para desempenhar um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (GHIRALDELLI JR., 2008, p.78).

A constituição de 1937 foi criada com a intenção de beneficiar o Estado deixando-o livre do encargo com a educação patrocinando assim, o ensino profissionalizante, em busca de mão de obra para atender a demanda industrial,

com o intuito de formar pessoas que operassem como máquinas, sem qualquer senso crítico, com a intenção de não transmitir conhecimento científico. Afinal, à educação seria para uma minoria, pois as pessoas sem muita instrução estariam aptas a fazer tudo o que lhes era estabelecido sem a possibilidade de discordar.

Na década de 1960, foi o momento da história da educação que surgiu Paulo Freire, um nordestino com uma proposta para a educação, com o objetivo de formar pessoas críticas. Freire tinha o anseio de que a educação fosse o caminho para que o Brasil se tornasse um país mais igualitário e mais justo. Mas, com o regime militar (1964-1985) esta proposta foi colocada de lado e Paulo Freire é "convidado" a se retirar do país.

Paulo Freire via na educação, um caminho para que o ser humano tivesse uma formação plena. Formação que, para ele era a preparação para a vida, com o desenvolvimento de valores ligados a uma proposta política e com uma pedagogia libertadora, vital para a edificação de uma sociedade justa e igualitária.

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p. 193)

A partir de 1964, durante o regime militar passou a existir o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de acabar com o analfabetismo no Brasil. Desse modo, a proposta de Paulo Freire deixou de ser valorizada, por não agradar os governantes da época e Paulo Freire é exilado do Brasil. O processo assumido pelo MOBRAL, cuja proposta pedagógica, era na verdade, apenas ensinar a ler e a escrever, usava cartazes, fichas, família silábica e assim, formando leitores funcionais. O MOBRAL não utilizava o diálogo, sendo este um diferencial do método Paulo Freire. Para Freire, sem o diálogo a formação crítica do estudante ficava comprometida, sendo assim, a pretensão do MOBRAL era de fato, formar pessoas capazes de produzir e consumir.

Vale ressaltar que, a proposta de Paulo Freire nunca foi esquecida e atualmente é valorizada em vários países e muito respeitada e também, propagada por diversos educadores.

O Mobral foi extinto em 1985, dando lugar à Fundação Educar. Com a publicação do Decreto nº 91.980, a Fundação Educar fica subordinada ao Ministério

da Educação (MEC), e o Estado expandiu sua obrigação com a educação de jovens e adultos.

Em substituição ao MOBRAL, foi criada pelo MEC a Fundação Educar, com finalidades específicas de alfabetização. Essa fundação não executava diretamente os programas, mas atuava via apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas. (DCEJA CURITIBA, p.15).

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil chegou aos anos de 1990, carente de uma revisão pedagógica. Dos estudantes jovens e adultos que buscaram estes programas, em sua grande maioria era composta de pessoas que não foram muito bem sucedidas na escola e que foram excluídas do sistema escolar por diversas situações. Essa condição enfatiza o desafio pedagógico que, a educação de jovens e adultos necessitava: assegurar que essas pessoas que foram excluídas da escola regular, independentemente do motivo tenham o acesso à cultura letrada, que permita um maior conhecimento do mundo do trabalho, da cultura e da política.

E por ser isto de suma importância, vale ressaltar o que, a Constituição Federal nos fala sobre a formação do cidadão:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito (BRASIL, 1988).

Durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), surgiu o programa Alfabetização Solidária. Foi criado pela ex-primeira-dama, dona Ruth Cardoso e presidido por ela, funcionava em dois campos:

Na entrevista, Fernando Henrique Cardoso esclareceu que o Programa Comunidade Solidária, concebido pela ex-primeira-dama e por ele presidido, funcionava em dois âmbitos: nas esferas, governamental e da sociedade civil, onde dona Ruth atuava. Ele lembrou que muitos programas abrigados no Comunidade Solidária tiveram continuidade após o término do seu governo, como atividades de organizações não governamentais. Como exemplo, citou a Alfabetização Solidária, destinada a eliminar o analfabetismo entre jovens de 12 a 18 anos, premiado pela UNESCO, organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. –O programa continua e já atendeu quatro milhões de brasileiros- declarou o ex-presidente. (AGÊNCIA SENADO, 2009)

O Governo do Presidente Luiz Inácio da Silva Lula (2003-2010), trouxe a perspectiva de que a EJA fosse discutida e valorizada de maneira adequada a partir

concepção de formação de qualidade e de inclusão dos estudantes da EJA e que tivesse a prioridade necessária. Sendo assim, nomeou as seguintes ações para a EJA: o Programa Brasil Alfabetizado, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e ação Comunitária (Pro Jovem), a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). A inclusão da EJA no FUNDEB foi positiva, pois afinal, o fundo anterior excluía essa modalidade. Outros programas desta gestão dentre eles, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA), o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o Projeto Educando para a Liberdade e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). No governo Lula houve uma sequência e ampliação dos programas voltados à EJA que já existiam no governo anterior.

E nestes programas o foco da proposta pedagógica é o ser humano para que tenha uma formação que lhe dê condições de enfrentar as dificuldades que a vida apresenta. Buscando formar um cidadão que seja consciente e crítico, e que não é só mais um, mas alguém que faz parte da história do seu país e que por meio do estudo seja um agente transformador da própria realidade e da realidade dos que estão próximos. Que seja alguém que saiba dialogar, que consiga emitir a própria opinião e respeite a opinião alheia, e que através do diálogo consiga chegar ao que for melhor para todos. Todos esses critérios nos remetem a concepção de Educação dada por Paulo Freire. Porém, para que esta transformação possa acontecer o educador deve ter esta mesma concepção da EJA como sendo o local de transformação e de humanização. Deixando de lado aquela concepção bancária, que segundo Paulo Freire:

É que, se os homens são estes seres da busca e sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a "educação bancária" pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação.

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador. (FREIRE, 2014, p.86).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 diz que, o ensino fundamental é um direito do cidadão e o Estado tem a responsabilidade em atender a todos, com garantia de acesso e permanência. Esta lei contempla as necessidades e interesses dos estudantes valorizando suas experiências de vida e deve ser distinta da educação na escola regular.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996)

Atualmente, os cursos da modalidade EJA se apresentam da seguinte maneira: presencial, semipresencial e a distância, além de exames supletivos. Com base nas Diretrizes, a metodologia da EJA faz referência aos conteúdos dos respectivos níveis (ensino fundamental e ensino médio). Quanto à disposição curricular, elas incluem uma base nacional comum que deve ser seguida pelos sistemas de ensino e que considere as características locais de cada região referentes à sociedade, à cultura, à economia da população destas localidades, valorizando a realidade de cada estudante.

Paulo Freire, precursor da educação de jovens e adultos, no que se refere à formação do cidadão consciente e crítico, enfatiza que, o conhecimento por meio da educação é uma ferramenta que capacita o homem, a agir no mundo e esta ação gera mudança. Portanto, a educação, não é um ato neutro, o ato de educar pode ser compreendido como “um ato político”. Onde o sujeito começa a compreender que faz parte da história e com condições de transformar a realidade à sua volta.

1.2 HISTÓRIA DA EJA EM CURITIBA - UMA APROXIMAÇÃO SÓCIOESPACIAL

Em Curitiba a história não é diferente, entre avanços e retrocessos continua caminhando, buscando sempre a melhor forma de atender os estudantes da EJA, com o objetivo de ressignificar vidas. Busca por em prática a pedagogia de Paulo Freire, porém podemos perceber que é uma luta constante contra o método tradicional que nos é imposto pelo sistema social vigente.

No Paraná, no início da década de 1990, a proporção de analfabetos era de 42%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990).

Uma pesquisa realizada em 1990 pela (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio, um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) evidenciou que no Brasil existe cerca de 17.732.629 pessoas, de uma população analfabeta, considerando 37% das pessoas entre 15 e 39 anos. O índice de analfabetos no Paraná subia para 42%, sendo que na capital do Estado a proporção era de 28% na rede municipal de ensino. (DOLINSKI, p.6).

Embora a proporção fosse menor em Curitiba, em relação ao quadro estadual e nacional, os dados revelavam um número ainda elevado, demandando a necessidade de escolarização dessas pessoas, em sua grande maioria habitantes das áreas periféricas da cidade. É importante ressaltar também, que esse grande número de analfabetos nas periferias de Curitiba é porque parte dessa população, sobretudo, os habitantes mais velhos das periferias, são oriundos do campo. Vieram para a cidade em busca de emprego, porque com o processo de mecanização, os trabalhos rurais ficaram escassos.

Com a nomenclatura de Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve início na Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME), em 1991, um programa de educação para os trabalhadores (jovens e adultos) que por algum motivo não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade “adequada” ou foram excluídos do Sistema de Ensino Fundamental.

Em 1991, ocorreu a aprovação do Programa Preliminar de Educação Básica de Jovens Adultos, pelo Conselho Estadual de Educação/PR, através do Parecer 01/91 e da Deliberação 05/91, autorizando o experimento pedagógico por dois anos.

Em 1992, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) ajustou um projeto de alta qualidade e de muito significado para o avanço da Educação de Jovens e Adultos.

Em 1993, o Conselho Estadual de Educação, através do Parecer 162/93, integrou o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos, ao Sistema Estadual de Ensino, no âmbito da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Em 1994, a educação de Jovens e Adultos se expandiu em toda a Rede Municipal de Ensino de Curitiba, com a finalidade de:

- a) Atender jovens acima de 14 anos e adultos;
- b) Garantir a educação fundamental para quem não teve acesso na idade própria à escolarização desse segmento do ensino fundamental, da 1ª à 4ª série (Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração do ensino fundamental de 9 anos - da 1ª à 4ª para 1º ao 5º ano).
- c) Garantir a atuação dos profissionais do magistério, integrantes do quadro próprio do Magistério na Educação de Jovens e Adultos, ministrando ensino de qualidade. (DCEJA, p.20).

Com o passar do tempo, foi-se firmando uma proposta de ensino menos preocupada somente com o ler e escrever, mas, mais centrada no ser humano e no direito à Educação independentemente, de idade. Embora esse propósito ainda não tenha se concretizado de fato, a EJA hoje, não somente em Curitiba, mas a nível nacional, como regem as diretrizes da educação, não está desvinculada da pessoa humana e dos direitos humanos, como propõe a Declaração de Hamburgo.

A Declaração de Hamburgo (1997) reitera o compromisso de que o desenvolvimento deve ter como foco o ser humano e a busca de uma sociedade envolvida com a prática dos direitos humanos visando um desenvolvimento justo e sustentável. Com esta participação plena de homens e mulheres, cada um em seu campo de experiência de vida, e fator condicional para a sobrevivência da humanidade e condições para enfrentar os desafios do futuro. Deste modo, deixa claro, a importância da educação de jovens e adultos que ela tem força de modelar a identidade do cidadão e ressignificar a sua vida. Repensando seu conteúdo para poder refletir alguns valores como: idade, sexo, necessidades especiais, diferenças culturais e econômicas.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como da condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997).

O analfabetismo é um problema que vem se arrastando desde o Brasil Colônia, porém é só no sec. XX passa a ser um direito de todos.

O tema analfabetismo era discutido desde o Brasil Colônia, perpassando pelo Império, porém, foi a partir do início do século XX que a Educação de Jovens e Adultos teve início como oferta de ensino público nas séries iniciais, gratuito e obrigatório, tornando-se direito de todos. (CURITIBA, 1993, p.5).

Existe um esforço por parte de alguns professores e responsáveis pela educação, para que a pedagogia de Paulo Freire se concretize, onde o jovem e o adulto possam se questionar e se sentirem como partícipes da história e, a partir destes questionamentos conseguirem respostas que os impulsionem a seguir em frente para poder mudar a própria situação e a dos que estão a sua volta. Segundo Paulo Freire,

[...] o que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (FREIRE, 2014, p.120).

Isto porque, o silêncio não faz o homem, mas sim a sua palavra, sua reflexão e ação. Paulo Freire buscava o diálogo, que deveria fazer parte da reunião dos homens e mulheres, mediados pelo mundo. Pois, é por meio deste diálogo que é possível compreender-se compreendendo o mundo.

Mas, muitas vezes esse diálogo não acontece, pois existem aqueles que não querem dar o direito da palavra aos menos favorecidos que têm esse direito negado. Esse é também, o papel da EJA, fazer com que estes que se sentem diminuídos e não conseguem falar, saiam da invisibilidade e reconquistem os direitos que lhes foram retirados. Portanto, o diálogo pode estabelecer o caminho, no qual os homens e mulheres podem encontrar significado para suas vidas e assim tornar o mundo mais humano e justo, e se sentirem verdadeiros cidadãos.

Um dos objetivos da EJA, aquele mais subjetivo é ressignificar vidas. As diretrizes da Educação voltadas à EJA apontam nesse sentido, mas infelizmente, na prática nem sempre é o que acontece. O que muito se vê é a concepção bancária, que foi muito criticada por Paulo Freire, onde inexistente o diálogo e a problematização, na qual o professor é o detentor do saber, é ele quem fala e ensina. Quanto ao estudante, é considerado o sujeito que não sabe nada e apenas deve ouvir. Mas,

não podemos responsabilizar os professores ou a escola pública. Este é um problema em que o sistema de ensino, infelizmente está imerso, que é o de reproduzir hierarquicamente, classes e raça.

A reprodução cultural da elite nas escolas como sendo universal nega a cultura das classes menos favorecidas e de acordo com Pierre Bourdieu, isto é uma violência simbólica. Ou seja, a ação pedagógica da escola dá continuidade ao que é determinado pela elite dominante, que prega a meritocracia, que se refere à ideologia do dom, que afirma que alguns têm dom para aprender e outros não e isso é passado como se fosse algo natural. Neste contexto, “a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social” (BOURDIEU; PASSERON *apud* ROSENDO, 2009 p.5).

A cultura escolar age como se todos fossem iguais, cria exercícios repetidos com o intuito de criar um hábito, para que certa cultura se reproduza. E os professores ensinam da maneira que foram ensinados, sem perceber que esta violência simbólica lhes é imposta pela classe dominante.

O método da pedagogia de Paulo Freire na EJA vai na contramão desta cultura imposta pela elite dominante. Paulo Freire através do diálogo visa o desenvolvimento da consciência crítica e a construção da cidadania, a partir do resgate dos direitos fundamentais, individuais e coletivos. Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* relata:

O objetivo da ação dialógica está, pelo contrário, em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o *porquê* e o *como* de sua "aderência", exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta. Significando a união dos oprimidos, a relação solidária entre eles não importam os níveis reais em que se encontrem como oprimidos implica também, indiscutivelmente, consciência de classe. (FREIRE, 2014 p.237).

1.3 O PERFIL DO ESTUDANTE DA EJA

Aqui neste texto falamos um pouco do estudante da EJA, isto é a realidade da pessoa que não conseguiu frequentar a escola na idade adequada por diversos problemas, ou que foram excluídas pelo sistema educacional, e que na maioria das vezes se torna invisível perante a sociedade.

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos são sujeitos que têm narrativas e conhecimentos de vida particulares e devem ser recebidos pela

sociedade e pela escola para que consigam continuar seus estudos ou ainda, matricular-se na escola pela primeira vez.

Delinear os estudantes que foram excluídos da escola pelos mais variados motivos, e tentam restabelecer seu convívio escolar com metas das mais variadas é um trabalho delicado, afinal são realidades muito heterogêneas. Alguns pretendem apenas escrever o nome, outros apenas ler para poder sair de casa, saber se locomover usando os ônibus, outros querem aprender utilizar o caixa eletrônico, os com menos idade almejam terminar a educação básica para conseguir uma melhor qualificação no trabalho, são vários os motivos que os levam a retornar aos estudos. Porém as provações são inúmeras, para que não aconteça a desistência. Pode-se dizer que o acesso e a permanência dos estudantes mais jovens é um processo bem difícil. A trajetória de adolescentes, jovens, adultos ou idosos de retornar à escola é bem longa e complicada e é necessário vencer muitos preconceitos. Para aqueles que trabalham durante o dia o desafio é bem maior, envolve muito esforço físico e mental, sem contar com as dificuldades financeiras, pois, geralmente quem frequenta a EJA tem uma condição financeira menos favorecida. Todas estas dificuldades podem causar a evasão.

Deve-se levar em consideração que os estudantes da EJA estão impregnados e marcados por uma escola que os excluiu e oprimiu em suas trajetórias de vida. Na grande maioria estes estudantes têm uma autoestima baixa e não acreditam nos seus conhecimentos. O baixo amor-próprio causa um embaraço destes estudantes por sentirem medo de errar, de fracassar e de serem julgados intelectualmente inaptos para o estudo, causando a percepção de não pertencerem ao mundo dos estudos.

Neste sentido, podemos ver a escola como o ambiente próprio para promoção do desenvolvimento e práticas que viabilizam o processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, compreendendo este caráter instigador educacional contextualizado num panorama social desigual, o papel da escola na Educação de Jovens e Adultos visa não promover a reprodução das desigualdades sociais. Esta constante reprodução de desigualdades da sociedade na escola, de forma dialética, é um grande desafio para aquelas escolas que atendem os mais desfavorecidos (BOURDIEU apud GASPAS, 1992, p.448).

Pode-se dizer então que tanto professores como estudantes são vítimas das verdades impostas no currículo e na Base Nacional Comum Curricular, sem muitas vezes se preocupar com a realidade dos estudantes, tratando a todos como iguais

sem se preocupar com as diferenças que se observa nas escolas. Diferenças estas que são: classes, etnia, cidade, campo, periferia, pobreza. Onde os saberes que lhes são impostos, são oriundos de outras experiências sociais.

A grande maioria dos estudantes da EJA pertencem às classes mais marginalizadas, nelas se encontram pessoas de baixo poder aquisitivo, negros, mulheres e indígenas, sendo suas culturas tratadas com preconceito e silenciadas. Por isso a educação bancária criticada por Paulo Freire, é tão negativa para a educação especialmente para os estudantes da EJA. Esta impede o pensamento crítico dos estudantes. Freire nos afirma:

A concepção e a prática da educação que vimos criticando se instauram como eficientes instrumentos para este fim. Daí que um dos seus objetivos fundamentais, mesmo que dele não estejam advertidos muitos do que a realizam, seja dificultar, em tudo, o pensar autêntico. (FREIRE, 2014, p.89)

Segundo Freire esta prática vai de encontro aos interesses da classe dominante. Por considerarem a classe menos abastada como passiva, e com esta prática de educação conseguirão apassivá-los mais ainda, deixando a elite dominante mais tranquila impossibilitando que suas ações sejam questionadas.

Para Freire, somente na comunicação tem sentido a vida humana (FREIRE, 2014, p.89). Que é nesta troca do pensar do professor com o pensar do estudante que se transformará em verdadeiro aprendizado, valorizando a realidade de cada sujeito, sem impor nada. Deve ser um aprendizado em conjunto através do diálogo baseado na realidade.

Como estamos falando do perfil do estudante da EJA, mediante a tudo que foi falado resta nos dizer que estes estudantes são reflexos das práticas de dominação da cultura, branca, masculina, cristã imposta aos analfabetos, mulheres, negros e indígenas.

O que pode ser feito para transformar esta realidade? É agir diferentemente da educação bancária, isto é fazer uso da educação problematizadora. "A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que e em que* se acham". (FREIRE, 2014, p.100).

Paulo Freire julga que o tema de partida da educação deve ser as relações problematizadoras, homem mundo, afinal o objetivo da educação é ajudar homens e

mulheres alcançarem uma leitura crítica de mundo. Possibilitando assim que eles usem todos os seus conhecimentos nas relações com o mundo. O professor deve instigar no estudante a admiração dos problemas do mundo do trabalho, das ideias, da arte, da ciência e da cultura. E é através desta admiração que os estudantes entendem a necessidade de aprofundar seus conhecimentos da realidade em que vivem. A problematização se aprofunda no homem pelo fato de ele ser inacabado e alguém que está sempre em busca de ser mais, e na sua aptidão de se comunicar. Só uma educação baseada na relação homem mundo pode ser uma educação libertadora que transporte estes estudantes para a ação transformadora da humanidade.

Através da problematização professor e estudantes podem chegar à reflexão, que tem a função de superar a visão inicial do não pertencimento no mundo, mas consigam ter uma visão crítica de sua existência no mundo.

Na prática educativa com intuito libertador o professor respeita, incita e provoca a curiosidade do estudante, passando de uma curiosidade tola para uma curiosidade crítica.

A educação deve desenvolver nos estudantes a confiança em si próprios e de perceber-se sujeitos capazes de aprender e ser mais.

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder o desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 2014, p.98).

A dialogicidade é o cerne da educação para a prática de liberdade e através deste diálogo entre professor e estudante que se torna possível à educação problematizadora. Afinal sem a dialogicidade nem professor nem estudante alcançarão a curiosidade epistemológica, alicerce do verdadeiro conhecimento do pensar correto que é dialógico e da leitura crítica. Sem a dialogicidade os estudantes não se apropriam do ser mais.

CAPÍTULO 2- CONCEPÇÃO FREIRIANA DE CIDADANIA NAS ESCOLAS

Neste capítulo vemos a importância da pedagogia de Paulo Freire, na qual ele afirma que a educação tem um papel importantíssimo na conscientização dos estudantes para o entendimento da concepção de cidadania. Propondo uma reflexão sobre a realidade e como agir para transformá-la.

2.1 CONCEITO DE CIDADANIA

Para poder falar de cidadania vamos ver o que alguns autores e filósofos falam sobre cidadania.

Cidadania, como se refere à filósofa e teórica política Hannah Arendt, é o direito que o ser humano tem de ter direitos. Isso inclui desde os direitos básicos necessários à sobrevivência (alimentação) até os direitos aos bens e serviços como saúde, educação, habitação, lazer, etc. E a partir do momento que o indivíduo adquire a consciência de ser um sujeito de direito, ele adentra o campo da cidadania. O cidadão ativo é aquele que não se deixe manipular pelas classes dominantes, compreende que a humanidade é diversificada e as pessoas física e psicologicamente não são iguais, pois, pensam e agem diferente umas das outras e aquilo que as unifica é pertencerem à mesma família humana. Portanto, cidadania é o direito de exercer esta pluralidade humana. Segundo Hannah Arendt,

Esta nova situação, na qual a humanidade assumiu de fato um papel antes atribuído à natureza ou à história, significaria nesse contexto que o direito a ter direito, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. (ARENDR, 1989, p. 332)

O conceito de cidadania sofre modificações profundas no decorrer dos séculos XIX e XX. Ele adquire conotações diferentes, pela multiplicidade do pensamento humano e pela riqueza da diversidade cultural, o que favorece diferentes abordagens sobre o tema. Segundo Alves, “desde que o absolutismo foi superado nos Estados modernos, os conceitos de cidadania e soberania são vinculados à ideia de direitos humanos” (ALVES, 1999, p. 93).

Cidadania, em termos formais, está ligada a nacionalidade. Com base no critério de nacionalidade, cidadão é aquele que pertence a um Estado/Nação, no qual desempenha sua cidadania. Nacionalidade está atrelada ao conceito tradicional

de cidadania que corresponde: que todos os cidadãos desfrutem dos mesmos direitos e deveres, sem distinção de raça, sexo, idade e etnia, e todos os cidadãos possam desfrutar da liberdade, de igualdade e de propriedade. Na verdade, se analisarmos as dificuldades que os cidadãos encontram para se qualificarem e para conseguirem um trabalho melhor, ou até mesmo conseguir um trabalho, nos mostra que esta igualdade não é real, e para muitos que se encontram em situação de extrema pobreza é inatingível e, isto é recorrente com o público da EJA.

A Secretaria Municipal de Curitiba, por exemplo, tem um projeto voltado à cidadania, que se chama Educação para a Igualdade e Cidadania, onde busca resgatar esta igualdade para o setor feminino, mas que deveria contemplar a todos os que se sentem excluídos pela sociedade independente de idade, credo, etnia, condição social e gênero. Segundo esse projeto a educação de qualidade deve estar associada à busca da igualdade entre os seres humanos e à valorização da diversidade da sociedade brasileira.

Este Plano Nacional reafirma o comprometimento do Governo Federal, e dos demais entes governamentais, com a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, no contexto do projeto político de gestão governamental, que vai se configurar enquanto políticas de Estado. Nosso Governo entende que um País democrático tem de assegurar condições dignas de vida e oportunidades iguais para todas as pessoas, e que é fundamento da democracia a igualdade de gênero e raça. (PNPM -2013-2015, p.11-12).

Apesar do aumento da procura dos jovens e adultos na EJA, é importante ressaltar que os conteúdos educacionais, curriculares, os cursos da EJA devem ser voltados para superar as desigualdades históricas e sociais, associadas à discriminação sexista, étnica e racial, à concentração de renda e à distribuição desigual de riqueza entre o campo e cidade.

A educação dialógica tão falada por Freire, que colabora para a formação da cidadania, através da conscientização do indivíduo sobre o seu estar no mundo e de sua condição social é um ponto fundamental para as escolas colocarem em prática e cumprir com a finalidade da EJA. A educação dialógica cria cidadãos críticos nas questões sociais do cotidiano, conscientes da sua cultura e que se apropriam dela, através do diálogo com o mundo e seus pares. Portanto, para Freire a cidadania tem atributos de democracia, colocando o homem, a mulher e os jovens na própria realidade, manifestando-se como uma construção comunitária onde homens,

mulheres e jovens que passam a ter consciência da sua história, e possam ser agentes transformadores da realidade na qual estão inseridos. Segundo Freire:

A educação deve estar pautada na formação plena dos sujeitos buscando uma preparação para vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igual. E ainda, não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito ao direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (FREIRE, 2002, p.193).

O pensamento de Paulo Freire é de profundo valor porque ele dá voz às classes populares, que poderão encontrar a liberdade por meio da educação, pois o analfabetismo tira a voz de participação e integração na sociedade e, geralmente, coloca o ser humano na invisibilidade.

Contudo, a partir do exposto anteriormente, pode-se dizer que cidadania é o conhecimento político e social, que gera a participação e o cumprimento dos deveres e o ingresso e entendimento dos direitos sociais, políticos e civis. Isto é, cuidar do meio ambiente, ser contra as injustiças com atitudes solidárias, respeitar o próximo e exigir o mesmo respeito. É neste panorama que a educação tem um papel fundamental na formação do jovem e do adulto enquanto estudantes críticos, que tenham conhecimento e pensamento próprios, para se tornarem cidadãos que estejam atentos às necessidades da sociedade em que vivem. Que saibam coexistir com as diferenças, aceitando que o outro expresse à sua maneira de pensar e de ser, através do diálogo. Este sempre foi o pensamento de Freire que o sujeito pudesse se pronunciar diante dos acontecimentos à sua volta e soubessem se posicionar com criticidade sem ser aquela pessoa que por não saber das coisas vai engolindo os acontecimentos, sem saber se realmente está o seu favor. Então ser cidadão é saber se posicionar e opinar para que a sociedade seja o mais justa possível, que os bens da nação sejam administrados com responsabilidade.

Podemos dizer a partir da pesquisa realizada sobre as escolas que contemplam a modalidade EJA, tal como em Curitiba, o discurso oficial, busca desenvolver uma metodologia com propostas nas quatro linguagens artísticas: dança, artes visuais, teatro e música, priorizando a criticidade, com o objetivo de que os estudantes possam atuar em suas realidades diárias, valorizando a diversidade sociocultural dos estudantes, considerando aquilo que o estudante conhece sobre o conteúdo proposto. O planejamento deve atender as diferenças de idade, pois são

turmas heterogêneas, que contemplam jovens, adultos e idosos. E que, a diversidade cultural desses estudantes deve ser valorizada. Buscando sempre uma formação que gere a conscientização do estudante para que ele possa ser um cidadão que atua no lugar onde vive e trabalha.

2.2 CONCEPÇÃO DE EJA NA ATUALIDADE

A EJA se caracteriza por duas práticas: uma voltada para o ensino/aprendizagem e a outra centrada no desenvolvimento dos processos de conscientização política e a valorização da pessoa e de sua participação na sociedade.

No Brasil a EJA, é obra de lutas e exigências sociais. A EJA conquistou seu espaço ao longo da história na escola formal, mas durante este percurso viveu momentos em que não avançou e momentos, onde a EJA conseguiu progredir, sem perder a característica de educação popular. Para Freire, "a educação de adultos é mais bem percebida quando a situamos hoje como educação popular" (1993, p.16), já que o termo educação popular abarca diversas formas nas quais a EJA pode ser ofertada. Atualmente a EJA conquistou e vem conquistando seu lugar na sociedade e assegurou seus direitos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que consideram a EJA como modalidade de ensino e um direito do cidadão brasileiro e hoje faz parte da política de educação.

A EJA pode ser considerada como um produto da educação popular. Afinal, sabe-se que em muitas regiões a EJA formal não consegue chegar, então são as ações populares que oferecem esta modalidade de ensino ao povo. A definição de educação popular tão falada por Freire parte do princípio de que, o homem (mulher) é um ser histórico, que não está pronto e compreende-se inacabado, e que no decorrer de sua vida vai se tornando acabado, porém, não podendo ser compreendido fora de sua realidade. Neste sentido, Freire afirma que, "ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte". (FREIRE, 1993, p. 40). A partir do momento que o indivíduo tem a compreensão e consegue perceber que faz parte da história, como alguém que consegue pensar, se comunicar, ser um agente transformador da própria realidade e da realidade à sua volta, ele (ela) estará desempenhando seu papel de cidadão e a escola exercendo sua missão de formar pessoas autônomas.

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná, por exemplo, em seu site fala que a EJA: está voltada para a garantia de formação integral, da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é pautada pela inclusão e pela qualidade social. Dessa forma, requer tanto um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, quanto à implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e uma política de formação permanente de seus professores.

Tomando mais uma vez, a Rede Municipal de Ensino de Curitiba como exemplo, o seu documento que norteia as práticas da EJA nos diz que, Educação de Jovens e Adultos é passagem para o conhecimento e para uma maior compreensão da vida: econômica, social, cultural e política, afinal estamos vivendo momentos de mudanças no contexto mundial. E para que o ato de ensinar realmente seja eficaz, devem-se considerar os sujeitos e os contextos em que estão inseridos.

O principal foco das novas Diretrizes é oportunizar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos a todos aqueles que não tiveram essa oportunidade em idade própria, proporcionando-lhes um aprendizado por meio de metodologia diferenciada que leve em consideração a realidade cultural, o nível de seus conhecimentos, a história de cada um, a condição socioeconômica e a diversidade étnico-racial, territorial, de gênero, dentre outras. (DCEJA, 2012, p.9).

A EJA deve estar voltada para a formação integral com vistas à preparação para o mundo do trabalho promovendo a inter-relação entre a teoria e a prática, sustentada numa concepção crítica de educação, que deve incluir professor e estudante, num processo dialógico e participativo de reflexão para que os estudantes consigam compreender a realidade em que estão inseridos e encontrem os meios para poder transformá-la. E para os idosos deve ser um espaço para ampliar suas relações de amizade melhorando assim sua qualidade de vida, tornando-os mais felizes e realizados permitindo que compreendam que quanto mais ativos na sociedade estiverem, menos peso para seus familiares e para o sistema de saúde. Esta é a função primordial da EJA levar seus estudantes à conscientização de que são capazes.

2.3 PAULO FREIRE NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA NA EJA

Para Freire a pessoa que tem consciência crítica, é aquele que procura estar no mundo e constrói sua realidade dia a dia em conjunto com seus pares e evidencia sua unidade com o coletivo. Não é aquele ser passivo que assiste os acontecimentos à sua volta sem consciência da sua realidade do seu pertencimento no mundo.

A Educação de Jovens e Adultos ou a educação popular no Brasil encontrou a partir da pedagogia de Paulo Freire, uma visão libertadora para a educação, na qual a intenção é a de possibilitar a humanização e a libertação dos estudantes jovens e adultos, com chances de criar um caminho para a emancipação do sujeito e consequentemente a transformação da sociedade.

A partir da visão de Paulo iniciou-se um trabalho para superar as teorias tradicionais, que tendiam para a educação bancária, onde o estudante é um sujeito passivo e que colabora com a sociedade vigente desigual. Em oposição a isso a teoria freiriana é crítica e ancorada no questionamento, consequentemente, gera a transformação dessa sociedade. Esta concepção de Freire, de certo modo, nos remete à Maiêutica socrática, na qual o filósofo dialoga com os seus discípulos/estudantes, mas não dá respostas aos questionamentos dos mesmos, mas os estimulam a buscá-las.

O pensamento crítico está relacionado à pedagogia de Paulo Freire, no qual pode verificar na sua proposta de diálogo educacional libertador, que indica o caminho de um projeto social que contribui para a emancipação dos estudantes e a formação da consciência crítica. O professor utiliza do diálogo para despertar a curiosidade do estudante e para que busquem entender a realidade criticamente.

Para que os estudantes da EJA atinjam uma consciência crítica, é de suma importância deixar de lado a concepção bancária, na qual o estudante é visto como um depósito vazio a ser preenchido pelos conhecimentos do professor. Se partirmos desse princípio, o sujeito é visto como quem não sabe nada, alguém acomodado e pronto para ser moldado de acordo com os anseios da sociedade em vigência. Sendo assim, a sua criatividade, autonomia e curiosidade acabam sendo amputados por este modelo de educação uma vez que, quem sabe é somente o professor. Neste modelo é muito estimulada a memorização do conteúdo e não o conhecimento do mesmo. Esta concepção não permite que o estudante se perceba

como alguém que faz parte da história do mundo juntamente com as outras pessoas.

A pedagogia libertadora através do diálogo e do questionamento busca a realidade, na qual professor e o estudante desempenham a missão de interpretar e conhecê-la, e então recriar o conhecimento. Para Freire, este estar no mundo exige uma reflexão/ação. "Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes." (FREIRE, 2014, p.78).

A pedagogia de Paulo Freire ultrapassa a concepção bancária de educação no momento em que implanta os alicerces para uma educação libertadora. Uma educação baseada no diálogo para a prática da liberdade, onde o autoritarismo da escola tradicional é trocado pela dialogicidade com cunho democrático nas diversas fases da aprendizagem, demandando dos estudantes que fiquem atentos na conquista da libertação em união com os outros, resultando na formação da consciência crítica em que os adultos e os jovens entendam o chamado de "ser mais". "Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de *ser mais*". (FREIRE, 2014, p.72)

A prioridade da educação libertadora é formar a consciência crítica, para que os sujeitos consigam compreender a realidade social e ir além da ideologia da opressão, enquanto que a educação bancária pretende criar uma consciência não crítica e infantil, a qual deve ser repudiada. A educação libertária vê os estudantes como pessoas conscientes e acredita na capacidade de criação dos mesmos, por serem seres inacabados em constante processo de construção, no qual depende da comunicação entre as pessoas. Professor e estudante da EJA são os atores principais deste método para a formação da consciência crítica, onde juntos no dia a dia da escola, problematizam, dialogam, refletem e constroem conhecimento. Para Paulo Freire problematizar é fazer uma análise crítica da realidade e que a partir desta conseguir fazer uma leitura de mundo e sentir-se como alguém que ajudou a transformar parte dessa história, que é plausível pelo diálogo baseado na realidade pessoal de cada sujeito. Portanto, professor e estudante precisam entender suas relações com o mundo, como uma realidade em constante transformação e assim transformar esta realidade por meio da reflexão e da ação.

Outro fator importante para a formação da consciência crítica é a valorização do estudo da cultura, pois ao estudarem a cultura favorece a compreensão dos dois mundos, isto é, o da natureza e o da cultura e assim se sentem partícipes da sociedade atrelados à realidade. Por ser a cultura um ato criativo do homem, a partir de atividades praticadas no dia a dia, podemos afirmar que tanto a pessoa que é letrada e a não letrada podem produzir cultura transformando materiais que estão a sua volta, como resultado do seu trabalho. Sendo assim, podem criar e recriar transformando a natureza continuamente, pois não existe cultura melhor ou pior, o que existe é uma diversidade cultural.

É de suma importância o respeito à diversidade cultural e este ato de respeito manifesta a maturidade das relações interculturais, porém para que aconteça uma relação tranquila é preciso que ocorra a tolerância em aceitar as diversas formas de pensar, sentir e agir que são próprias do ser humano na sua diversidade individual e cultural.

Para Freire todo ser humano é capaz de construir conhecimento, isto é, produzir cultura. Portanto é necessário que a EJA ofereça aos estudantes condições de comparar seus conhecimentos com os de seus colegas e professores e com conhecimentos mais fundamentados e significativos para poderem construir e reconstruir novos conhecimentos baseados no diálogo crítico. Sendo assim, este conhecimento contribuirá na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, favorecendo a transformação da realidade social.

A EJA se estiver bem alicerçada na pedagogia de Paulo Freire, poderá colaborar na formação da consciência crítica e na transformação da sociedade, indo além da pedagogia tradicional, transformando o ato de educar em uma ação de liberdade em que professor e estudante possam ser os atores principais, onde o diálogo constrói o conhecimento com criticidade e favorecendo as relações dos homens entre si e com o mundo. Formando uma consciência crítica e através desta consciência crítica ter condições de ajudar a diminuir a exclusão tão forte em nosso país e construir uma sociedade verdadeiramente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos analisar, o pensamento de Paulo Freire, no qual ele afirma que a educação deve estar sempre se movimentando e dialogando com todos os temas da atualidade e que deve introduzir elementos que contribuam para a formação crítica e cidadã dos estudantes, comprometendo-se com a humanização dos mesmos. Assim, podemos compreender que a educação busca a formação crítica, cidadã e inclusiva, visa à formação de pessoas autônomas e com capacidade de discernir o que é justo para si e para o coletivo, a partir da consciência reflexiva, crítica, não alienada é capaz de lutar pelos seus direitos e cumprir com as suas obrigações. Em termos educacionais, essa concepção freiriana, permite romper com o método tradicional de educação, no qual a hierarquização está presente e o estudante é tratado como alguém que nada sabe.

A concepção tradicional de escola e de ensino, ainda está presente, muitas vezes, na realidade atual da EJA. Hoje, ainda há dificuldade em por em prática uma educação libertadora nessa modalidade de ensino. Por se tratar de uma modalidade um pouco complexa, que trabalha com estudantes de diversas faixas etárias, cujas pessoas, são, na sua grande maioria, socialmente excluídas e, geralmente passam despercebidas, enquanto seres humanos com uma história de vida e conhecimentos prévios que dever ser valorizados. Porém, essa valorização e compreensão da história e realidade desses alunos nem sempre acontecem, com isso surgem dificuldades em relacionar teoria e prática.

Para que se consiga relacionar a teoria e a prática, o professor deve ter a qualificação adequada e ser capaz de estar inserido na realidade do estudante. Mas para muitos professores, isso é uma tarefa árdua, pois, geralmente, as condições de trabalho são precárias, com longas jornadas de trabalho, por ter que trabalhar em diversas escolas, não receber incentivo para a qualificação profissional e ainda, há por parte de muitas pessoas na nossa sociedade e também, no meio educacional, o preconceito, ou seja, a concepção de que para a EJA “qualquer coisa serve”. Muitas vezes, tudo isso é negligenciado pelo sistema educacional brasileiro, que por diversos motivos privilegia a educação hierarquizada e não dialógica e, portanto, segue na contramão do pensamento freiriano.

A pedagogia de Paulo Freire vê a educação como dialógica e valoriza a troca de conhecimentos entre professor e estudante, que dá munção ao estudante para

desenvolver um pensamento crítico para poder tomar consciência da sua própria condição enquanto ser humano e social e aproximar-se e compreender a realidade, na qual está inserido. Para Freire, a educação tem papel fundamental no processo de transformação social. Neste contexto, o diálogo permite a superação da prática educativa tradicional, contribuindo para que a educação possa ser libertadora. Desse modo, o professor e os estudantes são os atores principais neste processo, onde a liberdade e o diálogo fazem parte do processo de produção do conhecimento e nas relações entre as pessoas e o mundo.

Esta ação acontece quando se tem a compreensão, segundo Paulo Freire, de que a educação é também, um ato político. Na concepção de Freire, a educação permite a emancipação humana, a qual favorece a superação das inúmeras formas de opressão e de dominação sofridas pelas classes menos abastadas e marcadas pela exclusão socioeconômica e educacional.

A concepção pedagógica freiriana favorece a conscientização dos estudantes que estão atrelados ao sistema social vigente que, muitas vezes, aliena e oprime. A pedagogia de Paulo Freire, se bem compreendida e aplicada, contribui para que os estudantes consigam se emancipar e conseqüentemente, tornando-se agentes ativos da transformação social tão necessária em nosso país.

Algo que ficou muito claro nesta pesquisa, que não se encerra com este TCC, mas que seguirá ao nível de pós-graduação, são a fé e a confiança que Paulo Freire tem no ser humano, no seu poder de ação para transformar a própria vida e a realidade à sua volta e desse modo, reduzir as desigualdades e as injustiças sociais. Neste trabalho que se finda, faço minhas as palavras de Freire: "Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar". (FREIRE, 2014, p.253)

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Ruth colocava "pessoas competentes" para desenvolver programas que criava, lembra FHC**. Senado Notícias. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/03/05/ruth-colocava-pessoas-competentes-para-desenvolver-programas-que-criava-lembra-fhc>

Acesso em 20/08/2020.

ALVES, J. A. Lindgren. **Cidadania, direitos humanos e globalização**. Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, São Paulo, nº. 7, p. 92-109, jul./dez. 1999.

AMARAL. J.J.F. **Como Fazer uma Pesquisa Bibliográfica**. Universidade de Medicina Federal do Ceará: NEAPI, 2007.

ARCANJO. Fernanda; HANASHIRO Midori. **A História da Educação no Brasil**. São Paulo, Biblioteca 24 horas, 2010.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução- Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Ed. Vega, Lisboa, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 52ª Ed. Brasília, DF: Senado federal, Edições Câmara, 2017.

BRASIL/MEC. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/saude/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>

Acesso em 25/08/2020.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As Políticas Para Educação de Jovens e Adultos nos governos LULA**. UFMA, Maranhão, p.1-15, 2003-2010. Disponível em: https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MarceloPagliosaCarvalho_res_int_GT1.pdf

[Acesso em 24/08/2020.](#)

SEED-PR. **História da Educação no Brasil**. Curitiba, s.d. Disponível em: <http://www.tebgregorioteixeira.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8> Acesso em 12/08/2020.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3 ed São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. **Programa de educação de jovens e adultos**. Curitiba, 1993.

DCEJA CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria da Educação Curitiba, 2012.

DOLINSKI, H Silvia. **Educação de Jovens e Adultos: Análise do Processo de Construção das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (1990 a 2010)**, In: EDUCERE XII congresso Nacional de Educação, 2015, Curitiba: PUCPR, 2015. p 1-18.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**, p. 193. Editora UNESP 2ª edição revista, 2002, FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à Prática Educativa**. 25ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Do Oprimido**. 57ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo. Editora UNESP, 2000. Disponível em: <<https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>

Acesso em 13 de maio de 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3ª ed. São Paulo, Centauro, 1980.

GABIONETA, Robson. **A Maiêutica Socrática Como 'União' de Teorias no Teeteto**. Revista Brasileira de Estudos Clássicos, UFMG, Belo Horizonte. V 28, n 2, p.35-45, 2015.

GASPAR, Géssica. **A (des)valorização intelectual do estudante da EJA**. Revista Discente do Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, V.5, 432-450, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclopr/article/view/68206> Acesso em 26/08/2020.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira/Paulo Ghiraldelli JR**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCÍLIO, L Maria. **Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Jovens e Adultos - 1997**, Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos, USP, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html> Acesso em 20/08/2020.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos – Diretrizes Curriculares Nacionais**. Editora DP&A, RJ, 2002.

